

Acórdão: 16.204/05/2^a Rito: Sumário
Impugnação: 40.010113883-40
Impugnante: Comercial Arruda Cavalcante Ltda.
Proc. S. Passivo: Fabrício Montes Ramos/Outros
PTA/AI: 01.000146705-83
Inscr. Estadual: 481.284876.00-81
Origem: DF/Patos de Minas

EMENTA

BASE DE CÁLCULO - REDUÇÃO INDEVIDA - OPERAÇÃO INTERESTADUAL. Constatada a redução indevida da base de cálculo prevista no item 2 do Anexo IV do RICMS/02 nas saídas de milho em grão a granel, por não ter deduzido do preço da mercadoria o valor equivalente ao imposto dispensado nas operações, com indicação no campo “Informações Complementares” das respectivas notas fiscais, conforme determina o subitem 2.1, alínea "b", do referido Anexo IV. Infração caracterizada. Acolhimento parcial das razões da Impugnante para excluir a Multa Isolada capitulada no artigo 55, inciso VII, da Lei nº 6763/75, por inaplicável no caso dos autos. Lançamento parcialmente procedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A autuação versa sobre saídas de milho em grãos a granel, com a redução de base de cálculo prevista no item 2 do Anexo IV do RICMS/02, sem dedução dos preços da mercadoria, dos valores equivalentes ao imposto dispensado nas operações, fazendo indicações expressas no campo “Informações Complementares” das respectivas notas fiscais, conforme previsto no item 2.1, alínea "b", do Anexo IV do RICMS/02. Exige-se ICMS, MR e MI prevista no artigo 55, inciso VII, da Lei nº 6763/75.

Inconformada, a Autuada apresenta, tempestivamente e por procurador regularmente constituído, Impugnação às fls. 94 a 97, contra a qual o Fisco se manifesta às fls. 105 a 106.

Em sessão realizada em 16/02/05, presidida pelo Conselheiro Antônio César Ribeiro, nos termos da Portaria nº 04/01, defere-se o pedido de vista formulado pela Conselheira Cláudia Campos Lopes Lara, marcando-se a continuação do julgamento para o dia 23/02/05.

Na oportunidade, são proferidos os votos dos Conselheiros a saber: o Conselheiro Windson Luiz da Silva (Relator), que julgava parcialmente procedente o

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

lançamento, para cancelar a Multa Isolada aplicada, e Mauro Rogério Martins (Revisor), que julgava o lançamento precedente.

DECISÃO

A fiscalização constatou que a Autuada promoveu saídas de Milho em grãos a granel com a redução da base de cálculo prevista no item 2 do Anexo IV do RICMS/02, sem deduzir dos preços das mercadorias os valores equivalentes ao imposto dispensado nas operações, fazendo indicações expressas nos campos “Informações Complementares” das respectivas notas fiscais, conforme previsto no item 2.1, alínea "b", do Anexo IV do RICMS/02, que resultou em recolhimento a menor do ICMS.

A redução da base de cálculo para as mercadorias constantes das notas fiscais, objeto da autuação, está condicionada ao cumprimento das condições estabelecidas no subitem 2.1, alínea "b" do Anexo IV do RICMS/02, que assim dispõe:

“2.1- "B" - A redução de base de cálculo prevista neste item, somente será aplicável se o remetente deduzir do preço da mercadoria o valor equivalente ao imposto dispensado na operação, com indicação expressa, no campo “Informações Complementares”, da respectiva nota fiscal”.

Tendo em vista o disposto no artigo 111 do CTN, a interpretação do referido dispositivo deve ser literal, restringindo o benefício àqueles contribuintes que atenderem aos requisitos nele arrolados.

As cópias das notas fiscais apresentadas pela Impugnante citam apenas o dispositivo legal que daria amparo à redução da base de cálculo, porém não demonstram, de forma expressa, se houve a efetiva redução no preço da mercadoria do valor do imposto dispensado na operação, conforme determina o referido item 2.1, alínea "b", do Anexo IV do RICMS/02.

Conforme consta do Acórdão 13.811/00/2ª, que trata sobre a mesma matéria, “a exigência da demonstração expressa na nota fiscal do valor do imposto dispensado na operação e a sua dedução do valor total cobrado do destinatário, é um meio controlístico do Estado, cujo objetivo é zelar pela finalidade do benefício, qual seja, reduzir realmente o preço da mercadoria, e não apenas a carga tributária”.

Também é entendimento da SLT/SRE, em resposta à Consulta de Contribuinte n.º 220/98, que quando o RICMS condiciona o benefício fiscal a que o remetente deduza do preço da mercadoria o valor equivalente ao imposto dispensado na operação, tal indicação deve estar expressa no campo “Informações Complementares” da respectiva nota fiscal.

Dessa forma, a Autuada não faz jus ao benefício da redução da base de cálculo prevista no item 2 do Anexo IV do RICMS/02, haja vista que no campo

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

“Informações Complementares” das notas fiscais objeto da autuação não foi demonstrado o cálculo matemático que deveria resultar no valor líquido da mercadoria considerado o imposto dispensado e a respectiva dedução àquela que efetivamente iria utilizar-se da mercadoria, conforme determina o subitem 2.1 do mesmo Anexo.

Entretanto, a Multa Isolada capitulada no artigo 55, inciso VII, da Lei nº 6763/75, deve ser excluída, por não se aplicar à hipótese prevista.

Assim, correta a exigência do ICMS e respectiva Multa de Revalidação relativamente a diferença do imposto não destacado nas referidas notas fiscais, uma vez que a Impugnante não apresentou qualquer nota fiscal que comprovasse o atendimento ao disposto no subitem 2.1, alínea "b", do Anexo IV do RICMS/02.

Diante do exposto, ACORDA a 2ª Câmara de Julgamento do CC/MG, dando prosseguimento ao julgamento iniciado em 16/02/05, nos termos da Portaria 04/2001, à unanimidade, em julgar parcialmente procedente o lançamento, para excluir das exigências a Multa Isolada capitulada no artigo 55, inciso VII, da Lei nº 6763/75. Ressalte-se que o Conselheiro Mauro Rogério Martins (Revisor) reformulou o voto proferido na sessão anterior.

Sala das Sessões, 23/02/05.

**Antônio César Ribeiro
Presidente**

**Windson Luiz da Silva
Relator**

WLS/EJ